

INDICAÇÃO

(para III Seminário de Estudos Universitários)

SÓBRE O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

1. Tem verificado este Conselho como se amiam e agravam, crescentemente, os equívocos em torno do problema da criação de Escolas e do próprio processo de expansão do ensino superior no país. A incompreensão envolve não apenas o assunto em si mesmo, mas particularmente as posições deste Conselho. Pela primeira incompreensão responde a complexidade do problema, que vem desnorteando a opinião até dos especialistas em vários países do mundo, e no caso brasileiro, se adensa com os reflexos das profundas transformações sociais do País. Quanto à segunda, admitida a hipótese da boa fé, o que acontece é apenas o corte numa tradição de fáceis espontaneísmos, a qual deseja perpetuar-se sem atentar para as novas responsabilidades do ensino superior no Brasil e em todo o mundo. Esse aspecto foi ontem apreciado neste Conselho, com bastante justeza, pelo Cons. Rubens Maciel.

É claro que o Conselho não pretende mudar de atitude como se tivesse de renunciar a sua lucidez em face dos problemas de sua competência, para ser compreendido pela opinião desinformada e distorcida. Mas também não pretende fechar-se numa solidão de orgulho, indiferente às manifestações dos outros, mesmo porque nosso dever é servir, e um dos melhores serviços que um órgão público pode prestar, sobretudo numa Democracia, é fazer-se compreendido e aceito em seus mais altos propósitos. Já tivemos oportunidade de salientar que a pedra de toque das elites autênticas é, de um lado, a consciência projetiva capaz de alcançar o desenvolvimento do processo nacional, e, de outro, a atitude de lealdade ao que constitui o interesse profundo do povo, subjacente aos interesses particulares e ocasionais de pessoas e grupos, frequentemente mal percebido pelo próprio povo e pela opinião enquanto subjugados à pressão do imediato. A consciência das elites é, portanto, a lucidez disciplinada pela fidelidade. Projeção, e não distorção.

Acrescentava eu que "as elites autênticas representam a parte da sociedade que detém a função de distinguir, no jogo das contingências sociais e históricas, o permanente do ocasional, o real do aparente, o interesse nacional da astúcia dos privilegiados. Ocupando uma posição singular, como expectadora e participante, a elite intelectual dêsse tipo está comprometida com um interesse igualmente único: o da visão total, o da lealdade total a essa visão".

Por essas razões é que estamos propondo ao Conselho, por meio desta Indicação, que o III Seminário sobre Estudos Universitários tenha por objeto o problema da expansão universitária no Brasil. Como o assunto, pode ser explorado nos sentidos mais diversos, procurarei nos itens subsequentes definir a perspectiva em que se coloca minha sugestão.

2. Alguns pontos parecem especialmente difíceis de ser entendidos e resolvidos, devendo por isso mesmo constituir o roteiro de nosso esforço de elucidação. E não se trata apenas de esclarecer a opinião pública, como de enriquecer nossa própria reflexão, com o aproveitamento de novos dados e instrumentos de análise, e a fixação de alguns princípios doutrinários básicos, nos quais venha a firmar-se o consenso deste órgão.

Tempos atrás, alguns deputados estaduais de S. Paulo, em longo telegrama endereçado ao Senhor Presidente da República, solicitaram a revisão do Par. 209/67, deste Conselho, "inteiramente desligado da realidade continental brasileira". Não é de outra ordem a reclamação estampada em alguns jornais de ontem contra o que foi considerado descompasso do Conselho com as necessidades do País. Ora, parece-nos que a verdade é exatamente o contrário, e que lutamos contra um conservantismo que se ignora a si mesmo, sob a

falsa impressão de movimento que não é senão o que a inércia entretém. Pretende-se que o desenvolvimento do ensino superior continue como sempre foi, sem uma perspectiva disciplinadora, os fatos se encarregando de si mesmos, as distorções se procriando em distorções maiores, tudo acontecendo, enfim, sem que se tome a iniciativa de verificar se impulsos meramente espontâneos são capazes de construir uma Nação segundo um projeto que a modernize.

Fala-se em celeridade. Estamos de acôrdo, mas também convic - tos de que a pressa acelera o desenvolvimento apenas quando os empreendedo - res estão dispostos a pagar o juro de seu redobrado esforço pelas etapas quei madas; isto é, quando tudo que se faz normalmente, em longo prazo, se conden sa pelo zêlo múltiplo, em um prazo curto. Ora, o que se tem pretendido no Brasil, nessa última década, é fazer pouco esforço e, no entanto, muitas es colas. Com atos formais e cartoriais: nomeações, autorizações, efetivações, etc. A rapidez, nesse caso, significa ligeireza.

O que temos observado nesse campo é que não há uma vontade nor mativa mas o jôgo de pressões tumultuárias que assumem a liderança do proce so. Ora, essas pressões ou são peculiares ao processo na sua fôrça espontâ nea e vegetativa, e uma política que apenas consagrasse essas tendências não seria uma política, mas a crença na sabedoria imanente das coisas e dos fa tos - numa espécie de "harmonia pré-estabelecida" leibniziana - ou partem elas de grupos sociais, de classes ou de pessoas, com seus interesses contra ditórios, e dessas contradições não poderia nascer a unidade - e a liderança que a encarna - constituindo a razão de ser da política.

3. Antes de mais nada, é necessário localizar o problema e iden tificar sua verdadeira natureza. A questão não é só de número de vagas nas escolas superiores; extremamente mais importante, ela implica a consciência que o País adquire de si mesmo e de suas novas necessidades. Não teve o Brasil, nas duas últimas décadas, um mero crescimento linear, mas uma evolu ção diacrônica, aos saltos, mudando substancialmente, em cada etapa, junta mente com a estrutura, os modos de existência, os "papéis" das pessoas e dos grupos, no sentido sociológico, e, conseqüentemente, as funções da educa ção. Não é tampouco uma questão simplesmente pedagógica, relacionada com os meca nismos do vestibular. Constituiria uma tremenda diminuição do problema ima ginar que êle se esgota nesses aspectos, importantes sômente na medida em que se incluem numa política global.

4. Ora, é evidente que devemos acelerar o desenvolvimento para que se alarguem cada vez mais as possibilidades de se inserirem no contexto geral as aspirações particulares de pessoas ou de grupos. É democrático que a particularidade encontre abrigo na totalidade como demonstração da riqueza e da generosidade desta, desde que não a desarticule ou a destrua. O parti cular como expressão de abundância, e não como impedimento dela. Não pode mos ter soluções exaustivas no ensino superior se as oferecemos tão escas sas no ensino primário e no ensino médio, sendo que êsses dois últimos, além de abrangerem a imensa maioria da população, representam uma função econô mica tão importante, no conjunto, quanto à do ensino superior, como adiante procu raremos demonstrar. O atendimento é proporcional às necessidades de cada re gião e do País, aos recursos disponíveis e à significação específica de cada setor profissional para o desenvolvimento. Deve resultar, ainda, do confron to entre o ensino superior e os outros ensinos, e entre a própria educa ção e as outras ordens de problemas, como os da saúde, da habitação, da capaci dade de de consumir, etc. Só há economia porque há raridade, como lembra J. Austuy (Le Scandale du Developpement, p. 7). Não há por que, num país pobre, pre tender-se excluir do ônus da raridade uma faixa privilegiada, no caso, o ensino superior, fazendo-o recair sôbre os outros níveis da educação. Inclusi ve porque o efeito multiplicador, que caracteriza predominantemente o ensino universitário, depende menos da expansão que do aprimoramento. A expansão se impõe, sem dúvida, mas não qualquer expansão, como se os números valessem por si mesmos, mas aquela em que é a qualidade que se transforma em quantida

de, devendo a primeira ser estabelecida, para depois ser a segunda calculada. E o problema não se restringe tampouco à qualidade, compreendendo os pressupostos de uma política global a ser fixada pelo planejamento nos termos mencionados nesta Indicação.

A referência que acabamos de fazer à raridade dos recursos não significa qualquer complacência com ela, pois, ao contrário, temos insistido em vários trabalhos apresentados a este Conselho, em que as mudanças qualitativas que se espera venham a ser produzidas pela educação, dependem de mudanças qualitativas também na ordem dos recursos que lhes são destinados. Não preciso acentuar que a raridade dos recursos para a educação deve ser rapidamente superada, até para que não haja raridade de outros bens (por ser a política educacional a de êxitos mais radicais).

A referência, no caso, tem outro objetivo: o de lembrar que a política global do País deve distribuir equitativamente os ônus da escassez, segundo uma visão articulada - cultural, sociológica e econômica - da totalidade do processo brasileiro.

De fato, esgrimindo o argumento da democratização, a política expansionista no ensino superior, na forma como se vem processando entre nós, é antidemocrática e divide o País em dois: o dos doutores, ou candidatos a doutores, munidos de forte poder de barganha e de pressão para ver satisfeitas tôdas as suas reivindicações, e o das classes populares, incapazes de expressar eficazmente os seus anseios. Insisto na ressalva de que não me refiro à quantidade das matrículas, que realmente se mostra extremamente limitada, mas ao fato de que não há um projeto nacional que incorpore ao desenvolvimento o esforço realizado no campo do ensino superior. O que há é o alargamento crescente de uma faixa de privilegiados de classes liberais, a quem se concedem tôdas as oportunidades, sob a alegação de que vão servir ao País, quando, na maioria dos casos, vão servir a si mesmos, com base num status profissional e econômico sem qualquer vínculo com as necessidades sociais. O diploma universitário no contexto vigente da política educacional - que é uma parte da política social - dá a seus titulares o direito de assumir privilégios que não são partilhados pelo povo. E não cabe culpa aos profissionais liberais, pois a causa de tal situação reside na ausência de providências que;

- 1) assegurem a adequação das carreiras às necessidades sócio-econômicas, e;
- 2) promovam as condições e pressupostos que tornem o serviço profissional acessível à maioria da população. Mas, se essas distorções são reais, por que repetir a falácia da democratização?

5) Outro equívoco, igualmente grave, ocorre com o que se está chamando a interiorização do ensino superior. O contraste no Brasil, entre o seu ecúmeno - relativamente denso de população e de serviços - e o seu interior, se não é o mesmo que Euclides da Cunha denunciou, ainda não se desfaz, embora em muitos aspectos se tenha disfarçado. A penetração no interior do País é necessária com uma estratégia adequada, como a que já várias vezes tem sido preconizada por este Conselho.

Interiorização significa um processo, e não uma parada. E o que realmente está acontecendo? Instala-se numa cidade do interior (cada vez mais desaparelhada segundo a progressão da tendência) um núcleo de ensino superior, estático, sem possibilidade de penetração pelas áreas adjacentes. Por outras palavras, criamos microcentros artificiais e sem nenhum dinamismo irradiador.

Interiorização, insisto, constitui um movimento de conquista, a flexa dirigida para dentro. Na realidade, o que temos constatado é a marcha para fora: dos diplomados em escolas do interior, em busca de centros que ofereçam condições satisfatórias de trabalho. Essa migração é fatal, se não fôr atalhada por uma política de desenvolvimento que multiplique os empregos, inclusive dentro de um sistema de serviços ao nível das necessidades locais.

Tal sistema não surgirá espontaneamente, ou pela simples criação de Escolas, sem a interferência daquela vontade normativa a que nos referimos, que é a característica essencial do planejamento. O êxodo dos profissionais liberais espera o momento de saturação do mercado de trabalho local - que virá, obviamente, com uma velocidade proporcional às dimensões do meio. O êxodo ou a proletarização; e esta, nas classes liberais, representa um custo social bastante alto, pois os que possuem esse status, não podendo satisfazer suas reivindicações na profissão sem chance, terão de forçar as oportunidades na base do privilégio.

Dessa forma, repete-se na cidade menor o mesmo fenômeno dos grandes centros: a escola superior promovendo a criação de um grupo profissional privilegiado, a serviço de camadas muito tênues da população local, sem condições de irradiar seus serviços além desses limites. Mesmo assim, não somos contrários à criação dessas escolas, desde que ofereçam garantias de autenticidade; apenas nos recusamos a atribuir-lhes importância maior no desenvolvimento nacional, fora de um contexto como o que estamos procurando delinear; e sobretudo, julgamos que a racionalização do processo expansionista, estabelecendo novos critérios de localização das escolas e da sua mútua articulação, e criando os suportes institucionais que lhes assegurem eficácia - tudo isso apoiado em novas e corajosas decisões políticas - daria lugar ao conveniente emprêgo de energias que agora se dissipam em iniciativas de pouca fecundidade.

6. Sugerimos no item 4 que a expansão do ensino superior deve ser articulada com a dos demais ensinos, por não se justificar a prioridade que muitos lhe concedem senão em termos muito relativos. Desejo voltar a esse ponto na tentativa de estabelecer algumas distinções necessárias. Em termos de quantidade, é óbvio que ele se destina a uma fração minoritária da população. Qual a latitude dessa faixa minoritária? Aí está uma questão básica da política do ensino superior.

Parece-me que tudo se baseia num raciocínio, que é tão simples quanto decisivo. A importância do ensino superior, sobretudo na sociedade industrializada, decorre, como lembramos, de seu efeito multiplicador, e este, por sua vez, depende do grau de excelência do próprio ensino e da estrutura social e tecnológica de cada sociedade. A eficiência social de uma pessoa é multiplicada, obviamente, por seu nível de competência.

Conclusões: a) o ensino superior vale na proporção de sua qualidade, isto é, pela sua capacidade de habilitar para o desempenho de papéis com efeito multiplicador; b) o nível e o número desses papéis não pode ser estimado a priori, dependendo das condições especiais de cada sociedade.

Embora a primeira conclusão seja perfeitamente óbvia, não faz mal insistir em alguns de seus aspectos e implicações. São três idéias que se casam e de alguma forma se confundem: a da eminência, a da excelência e a da escassez relativa. Analisemos dentro de tal perspectiva, a situação brasileira.

Primeiro: se o ensino superior tem efeito multiplicador, isso se deve, antes de mais nada, a sua qualidade. Logo, é falsa, prejudicial e perdulária a facilidade expansionista a que nos entregamos nos últimos 15 anos no Brasil.

Segundo: quando me refiro a escassez, tendo o cuidado de acrescentar a palavra relativa. A matrícula no ensino superior brasileiro é baixíssima - fato incontestavelmente muito grave - mas não é este o maior problema, e sim, o de que, apesar de tão precária, ela ainda é excessiva em algumas especialidades e em algumas áreas geoeconômicas, e noutras, extremamente deficitária. O caráter relativo dessa escassez ainda tem de ser considerado por outro prisma: o das correlações entre os vários níveis de ensino.

Não adianta reivindicar ampliação do ensino superior se não se cogita de suas articulações com o ensino médio, nem das repercussões quantitativas e qualitativas dêste naquele e no mercado de trabalho.

Há um sistema formado pelos três ensinos: a solidariedade das partes que caracterizam um sistema impõe que tôdas cresçam harmônicamente .

Acho que no Brasil a responsabilidade pelo desenvolvimento nacional está ligada ao sistema como um todo. (Em alguns estágios de desenvolvimento, pode haver destaques bastante marcados em favor de um ou de outro nível). Se o ensino superior habilita aos papéis de maior excelência - os de eficácia mais imediata para o desenvolvimento - a soma dêsses efeitos provavelmente equivalerá aos resultados obtidos dos papéis em que se encontram investidos os que recebem educação primária e média. Tudo depende da estrutura atual de cada país, sem falar nos efeitos conjunturais. (É evidente que estou comparando os diferentes ensinos num mesmo plano de eficiência).

As únicas conclusões que me parecem realmente válidas no caso são as seguintes: 1) o caráter próprio do ensino superior, decorrente não só de seu conteúdo intrínseco, quanto das atuais condições sócio-econômicas do Brasil, impõe que o esforço reivindicatório em que estamos empenhando as nossas energias se concentrem simultâneamente, na expansão, e no aprimoramento do ensino superior; 2) torna-se igualmente necessário formular uma estratégia de expansão, a qual só será eficiente, se os vários cursos corresponderem às condições sociais; só será útil ao País, se sair do casualismo ou dos impulsos das crises, partindo da ação planejada, que constitui o único impulso capaz de promover o desenvolvimento.

Vamos agora à segunda conclusão: o nível e o número dos "papéis" não pode ser calculado a priori, dependendo das particularidades de cada estrutura social e econômica.

Conant calculou em 20% o número dos que têm aptidões básicas para a educação superior. Abstração um tanto arbitrária que significa, no fundo, tornar postulado teórico um dado da sociedade americana - da "affluent society" -, em que a abundância dos meios combina com uma grande mobilidade vertical dos "papéis". O modo de calcular essa percentagem deve basear-se nas condições concretas de cada comunidade.

Não adianta, por exemplo, criar numa sociedade certos tipos de profissionais e cientistas cuja qualificação transcende as condições vigentes de organização do trabalho. Noutros casos, e pelo mesmo raciocínio, o incremento deve ser estimulado até o nível de necessidades, às vèzes muito limitadas ou incipientes, como suponho ser o caso da física nuclear no Brasil. (Seria insensato por exemplo, reproduzir em vários lugares ou Universidades no Brasil os objetivos e a organização, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas). E, finalmente, certas carreiras mais sofisticadas em relação ao meio podem ser promovidas com uma função estimuladora - e, nesse caso, a necessidade de contrôle tornar-se-ia ainda mais imperativa.

Em segundo lugar, já é tempo de compreendermos no Brasil que os conteúdos e objetivos dos três níveis de ensino não são eternos. A sociedade moderna está retirando do ensino médio instrumentalidades para o seu desenvolvimento que outrora eram procuradas no ensino superior. Entre os dois, por sinal, já se interpõe o pós-colegial não universitário, rico de novas possibilidades.

Que se pode concluir de prático dêsses dois pressupostos? Que se tem de avaliar, antes de mais nada, a natureza das ocupações em nosso País e em cada uma de suas áreas geoeconômicas e, depois, compará-las com as habilitações que já oferecem ou podem vir a oferecer o ensino primário, o médio e o superior. Sobre essas bases, poderemos verificar por exemplo, que o número de economistas de que precisamos é muito menor que o que está

sendo fornecido, em escala crescente, pelas nossas escolas de Ciências Econômicas, constituindo uma insensatez multiplicar, indiscriminadamente, o número destas. Porém não é questão apenas de quantidade: o molde profissional, o tipo de habilitação de que carecemos, também não corresponde ao que é produzido por essas escolas, em dissonância total com a realidade sócio-econômica brasileira. Só porque são escolas "fáceis" - dificilmente por serem realmente necessárias - é que há todo êsse afã criador no campo das ciências humanas.

7. Diante das razões contidas nos itens anteriores, propomos que o III Seminário de Estudos Universitários seja destinado, com a participação das Universidades e dos órgãos interessados do MEC, à definição inicial de uma política do desenvolvimento do ensino superior do País. Respeitando a natureza do problema, insusceptível de ser resolvido de uma só vez, o objetivo do Seminário seria iniciar um processo de pesquisa e de análise, sob a inspiração de princípios normativos a serem nêle propostos. O tema seria desdobrado em cinco subtemas, referindo-se o primeiro aos fundamentos e critérios gerais da política de expansão do ensino superior no Brasil, e os demais, aos vários campos científicos e profissionais em que pode ser dividido genericamente o ensino superior: o das ciências biológicas, o das ciências físicas e matemáticas, o das tecnologias, e o das ciências humanas.

O problema da articulação entre o ensino médio e o superior será igualmente tratado, sobretudo nos aspectos que se relacionam com o tema geral do Seminário. Além da elaboração de uma monografia, caberá a cada relator, a partir de sua designação, coordenar um plano continuado de estudos e pesquisas relativas ao setor que lhe foi atribuído.

Durmeval Trigueiro, Relator.